

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.474 - SP (2018/0306123-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO**  
**ADVOGADOS : SAMANTA REGINA MENDES CANTOLI - SP177423**  
**GRAZIELA SANTOS DA CUNHA - SP178520**  
**WANEISSA DE CÁSSIA FRANÇOLIN - SP173695**  
**RICARDO CHIAVEGATTI - SP183217**  
**ALEXANDRA PONTES TAVARES DE ALMEIDA - SP126787**  
**BRUNA BRUNO PROCESSI - SP324099**  
**LUCAS FOSSALUSSA LISSE E OUTRO(S) - SP317353**  
**RODRIGO FREITAS DA SILVA - SP359586**  
**FERNANDA PEGORER BUENO DA SILVA - SP351545**  
**NATÁLIA LIMA NOGUEIRA - SP365335A**

**RECORRIDO : ALFRED WILLIAM NYFFELER**  
**RECORRIDO : ANASTACIA DE ARAUJO**  
**RECORRIDO : CARMEM FERNANDES MARTINEZ**  
**RECORRIDO : CARMEN GONSALEZ FERNANDES DE SOUZA**  
**RECORRIDO : CHENG KUEI YING**  
**RECORRIDO : CLOVIS FERREIRA JANTALIA**  
**RECORRIDO : DOUGLAS GIOVANNINI**  
**RECORRIDO : ELEDIO JOSE ROBALINHO**  
**RECORRIDO : ELIZA NOBUKO TODA**  
**RECORRIDO : FABIO GOMES DA CONCEICAO**  
**RECORRIDO : FERNANDO MARZAGAO CASSAGUERRA**  
**RECORRIDO : HELIO DE NAPOLI**  
**RECORRIDO : IRENE LOPES OLIVATO**  
**RECORRIDO : LUIZ CARLOS CALDERONI**  
**RECORRIDO : MARIA DA GLORIA FELIX SIMOES**  
**RECORRIDO : MARIA FRANCISCA MOLERO COLOMBO**  
**RECORRIDO : MARISA PRADO MARCHETTI**  
**RECORRIDO : MARLY GALVES BORDIN**  
**RECORRIDO : MARY LAZARA GOMES PAGNAN**  
**RECORRIDO : MIGUEL TOTH FILHO**  
**RECORRIDO : NEMESIO NUNES MAIA**  
**RECORRIDO : ORLANDO UBIRAJARA FRANCO BANDIERA**  
**RECORRIDO : RICARDO GANZAROLLI NETO**  
**RECORRIDO : TARCISIO VIEIRA RAMOS**  
**RECORRIDO : TEREZINHA PEREIRA COELHO**  
**RECORRIDO : CONCEICAO SOUZA DIAS**  
**ADVOGADOS : DANIEL PAULO FONSECA E OUTRO(S) - SP187483**  
**PAULO EDUARDO FERRARINI FERNANDES - SP158256**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO.**

Impugnação à execução apresentada por HSBC Bank Brasil S. A. Banco Múltiplo. Decisão que desacolheu a impugnação e manteve o **quantum debeatur** no valor fixado na liquidação.

**INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXEQUENDO.**

Afastamento. Questões aventadas que não guardam qualquer relação com a exigibilidade ou não do título executivo. Execução definitiva com título provisório.

**PRESCRIÇÃO.**

Inocorrência do decurso de vinte anos para a propositura da ação de cognição. Execução individual, precedida de habilitação do crédito, que não superou o lustro prescricional.

**JUROS REMUNERATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA**

- Cabimento de juros remuneratórios e correção monetária, a ser realizada de acordo com a Tabela Prática de Atualização dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo das datas em que deveriam ter sido realizados os créditos e até o efetivo pagamento, sendo irrelevante a data de encerramento da conta.

**JUROS MORATÓRIOS.**

Os juros moratórios devem ser contados a partir da citação na Ação Civil Pública no percentual de 0,5% ao mês até 10 de janeiro de 2003 e 1% a partir de 11 de janeiro de 2003.

**ILEGITIMIDADE ATIVA.**

Coisa julgada. Questão molecular dirimida com o trânsito em julgado da ação civil pública. Possibilidade conferida a todo o poupador que demonstre que foi lesado pela conduta do Banco a dar início à liquidação do julgado em seu domicílio. Desnecessidade de demonstração do vínculo associativo.

**ILEGITIMIDADE PASSIVA**

Não restou comprovado que os valores relativos aos depósitos de caderneta de poupança foram excluídos da transferência do ativo. Responsabilidade exclusiva assumida inclusive pelas obrigações relativas às contas de poupança. Precedentes jurisprudenciais.

Recurso desprovido.

O pedido deduzido nos embargos de declaração foi julgado improcedente.

A parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os artigos 20, 43, 214, 219, 267, 286, 293, 459, 460, 472, 475-G, 475-I, 475-J, 475-L, 475-N, 475-O, 535, 543-C, 568 e 1.211 do Código de Processo Civil (CPC) de 1973; os artigos 229 e

233 da Lei 6.404/1976; os artigos 10 e 11 da Lei Complementar 95/1998; o artigo 6º da Lei 9.447/1997; os artigos 58, 60, 178, 512, 960, 963, 1.062, 1.064, 1.093, 1.262, 1.265 e 1.280 do Código Civil de 1916; os artigos 92, 396, 397 e 407 do Código Civil de 2002; o artigo 95 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; o artigo 31 da Lei 6.024/1974; o artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; o artigo 21 da Lei 4.717/1965; e o artigo 15 da Lei 4.380/1964.

Requer a suspensão do feito e a exclusão dos honorários advocatícios. Reclama de negativa de prestação jurisdicional. Suscita prescrição da pretensão de recebimento da prestação acessória (juros remuneratórios). Argui ilegitimidades ativa e passiva. Inconforma-se com o reconhecimento da preclusão. Sustenta que os juros de mora devem incidir a partir da citação na execução. Pretende o afastamento dos juros remuneratórios, que, se mantidos, devem incidir somente sobre o mês de fevereiro de 1989 e, alternativamente, só até o encerramento da conta de poupança. Aponta ofensa à coisa julgada. Afirma que a execução é provisória.

Inicialmente, verifico que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu proposta de afetação do Recurso Especial 1.438.263/SP ao rito dos recursos repetitivos, conjuntamente com os Recursos Especiais 1.361.872/SP e 1.362.022/SP, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual.

Constato que também foi afetado ao rito dos recursos repetitivos o Recurso Especial 1.362.038/SP, conjuntamente com o Recurso Especial 1.361.869/SP, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S. A. (atualmente denominado KIRTON BANK S. A. - BANCO MÚLTIPLO) para responder pelos encargos advindos de expurgos inflacionários relativos a cadernetas de poupança mantidas perante o extinto Banco Bamerindus S. A., em decorrência de sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras.

Observo que as duas questões afetadas são discutidas no presente recurso especial e foram apreciadas pelo acórdão recorrido.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de

# *Superior Tribunal de Justiça*

2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos especiais repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora